

## *A memória que nos contaram: ensaio sobre o colapso do Integralismo*

**Rogério Lustosa Victor**  
Doutor em História pela  
Universidade Federal de  
Goiás. Professor da  
Universidade Católica de  
Brasília.

**Resumo:** Este artigo tem como objeto a disputa pelas representações do passado no que concerne ao Integralismo no processo político brasileiro. Sustenta-se que controlar o passado é uma das importantes facetas na imposição do poder político. O artigo discute as representações negativas acerca do Integralismo disponibilizadas no espaço público que se fixaram na memória social, dificultando a atividade política do Integralismo no período pós-1945. Ao mesmo tempo, discute-se a reordenação do Integralismo, na forma de PRP, no seu projeto memorial, difundido por sua imprensa, o qual realizou trabalho de recomposição de sua história em uma direção que lhes permitiu manterem-se fiéis ao passado e ao grupo, apesar da memória social que aparecia enquanto veto ao Integralismo.

**Palavras-chave:** Integralismo; Partido de Representação Popular; memória social.

### **The memory that told us: essay on the collapse of Integralism**

**Abstract:** This article focuses on the dispute by the representations of the past regarding to the Integralismo in the Brazilian political process. It has been said that controlling the past is one of the important facets in the making of political predominance. The work discusses the negative representations about the Integralismo presented to the public, establishing a social memory in a way that it to become an obstacle to Integralismo's political activity in the post-1945 period. At the same time, the article discusses the reorganization of Integralismo movement by the Popular Representation Party and in its memorial project, spread out by its press, in which the past has been performed as rebuilding work. One of this work main argument is that, by performing it, the work of rebuilding the past allowed them to remain "faithful" to it and the group, despite the social memory that appeared while the Integralismo veto.

**Keywords:** Integralismo; Party of Popular Representation; social memory.

## Introdução

Quando, no início da década de 1930, surgiu o movimento integralista, ele pareceu a centenas de milhares de brasileiros um movimento fecundo em busca de uma perspectiva de ação política embasada nos elementos definidores da nacionalidade. A defesa da pátria, da família e da formação cristã povoou o sonho de milhares de homens e mulheres influenciados pelo desejo de ordem, palavra-chave no discurso político na década de 1930. O flerte com os fascismos europeus seguramente se deu e estimulou a adesão ao Integralismo, visto, por muitos de seus militantes, como o fascismo brasileiro. Para estes, a expressão usada para referir-se ao líder do movimento integralista, Chefe Nacional, era a versão brasileira de *Duce*, usada na Itália, e de *Führer*, na Alemanha, e a camisa verde era, sem dúvida, a réplica nacional da camisa negra do fascismo italiano e da camisa parda do nazismo alemão. Ainda os gestos de saudação “Salute il Duce” e “Heil Hitler” encontraram sua réplica na saudação “Anauê”. A semelhança entre Integralismo e Fascismo não se constituiu em problema de vulto para os simpatizantes do movimento na década de 1930, momento em que a popularidade da experiência política italiana, conduzida por Mussolini, ganhava adeptos mundo afora.

Nesse contexto, o movimento integralista viveu vertiginoso crescimento abrindo rápida expectativa de futuro às suas lideranças e aos seus militantes: um futuro em que o Brasil seria grande potência, com a união de todos os brasileiros, e em que o comunismo não mais o “ameaçaria”. A expectativa de um futuro radiante para o Brasil, quando eles alcançassem o comando político do país, os encorajou a lançar a candidatura de Plínio Salgado à Presidência da República no ano de 1937. O pleito, que deveria ocorrer em 1938, todavia, não ocorreu. Getúlio Vargas, em novembro de 1937, desfechou um golpe e manteve-se na Presidência, como ditador, por mais oito anos.

O golpe de Getúlio não significou a imediata interdição da expectativa de futuro que os integralistas haviam construído. Isso porque a Ação Integralista Brasileira (AIB) corroborou a implantação da ditadura: houve articulação direta de seu líder, Salgado, com agentes ligados a Vargas (e com ele próprio) no processo que culminou no referido golpe.

## A estupefação integralista

Apesar disso, ainda no dia do golpe, Salgado viu-se surpreendido pelo discurso proferido por Vargas. Nele, segundo o próprio Salgado, “[...] Por todo o país, ouvindo o rádio, um milhão e meio de brasileiros consideravam o fato amargamente” (SALGADO, 1956, p. 242-243).<sup>1</sup> Tais palavras de Salgado foram escritas não no dia 10 de novembro, dia do golpe de Getúlio Vargas, mas sim quando a crise entre os integralistas e o Estado Novo parecia quase incontornável. As negociações entre o líder integralista e os agentes da ditadura recém-instalada continuavam em curso, mas a perspectiva de futuro parecia se distanciar das pretensões integralistas. O silêncio de Vargas em torno do Integralismo, no discurso de 10 de novembro de 1937, foi percebido. Escuta atenta e amarga, conforme expressa a carta acima citada.

No mês de novembro de 1937, os integralistas continuavam fazendo demonstrações públicas de sua capacidade de mobilização, o que expressava a expectativa de futuro que nutriam, de que continuariam a sua ação política no novo regime.

Quanto àquelas negociações entre Vargas e Salgado, Vargas, em 20 de novembro, assim expressava em seu diário: “Antes de começar o despacho, recebi o ministro da Justiça, que me deu conta de sua conversa com Plínio Salgado e da aceitação deste. Ficou também assentado que se fizesse a dissolução de todos os partidos para a organização de um só” (VARGAS, 1995, p. 85).

Salgado, por seu turno, preparava-se para organizar a base do partido único da ditadura, o qual seria o integralista – ao menos parecia ser o que ele pensava. Mas o plano de Vargas era outro: semanas após o início do Estado Novo, Vargas baixou um decreto que fechou todos os partidos, entre eles a AIB. Os integralistas, subitamente, perdiam a possibilidade de continuar com a organização na legalidade. O estado geral era de estupefação.

Nos meses seguintes, a relação entre o Integralismo e a ditadura estremeceu e os integralistas começaram a conspirar contra o Estado Novo. Exatos seis meses após o golpe de 10 de novembro de 1937, integralistas, articulados com outros segmentos políticos, desfecharam um levante contra a ditadura.

---

<sup>1</sup> Carta de Plínio Salgado a Getúlio Vargas, 28/1/1938. Esse documento foi amplamente divulgado pelos integralistas e está presente em várias publicações. Utilizei-me da reprodução contida em: SALGADO, Plínio. *Obras completas*. vol. 9. São Paulo: Editora das Américas, 1956, p. 217-257.

## A dupla derrota integralista

O levante, que ficou conhecido como *putsch* integralista, fracassou. Ao fracassar, este selou o destino do movimento dos camisas-verdes: Plínio Salgado foi preso e partiu para o exílio em Portugal; Miguel Reale, nome fundamental para a doutrina integralista e terceiro nome na hierarquia partidária, fugiu para a Itália; centenas de integralistas foram presos; suas associações beneficentes e esportivas foram fechadas. Enfim, o movimento era agora liquidado de maneira mais decisiva que quando do golpe de 1937.

Deste modo, após a decretação do Estado Novo e o golpe de 1938, dito integralista, houve significativa mudança. De partícipes privilegiados do cenário político nacional da década de 1930, os integralistas passaram a ser expostos como inimigos da pátria.

Neste novo momento, entre o final do ano de 1937 e o início do ano de 1945, os integralistas estiveram alijados do espaço público e silenciados pela ditadura estadonovista. No período ditatorial, narrativas que desmereciam o Integralismo ocuparam o espaço público, tanto por meio da grande imprensa como pelos textos dos livros didáticos de história. Por esses vetores de memória, forjava-se memória social<sup>2</sup> na qual o integralismo era percebido como fascista, extremista, quinta-coluna, risível, patético, com militantes fanáticos e covardes. O que se desviasse desse modelo não chegava ao grande público. O número dos que podiam ter acesso a leituras que os próprios integralistas faziam de seu movimento era bastante limitado, dado que a ditadura, ao colocar o movimento na clandestinidade, estabeleceu restrições de toda sorte.

Em 1945, com o abrandamento da censura e o início do processo de democratização do Brasil, as lideranças integralistas organizaram uma nova forma de inserção no mundo político por via da fundação de um partido, o Partido de Representação Popular (PRP), fundado em setembro daquele ano. O primeiro passo integralista visando a sua rearticulação política deu-se em maio de 1945, com a publicação, como matéria paga, em inúmeros jornais, do documento *Carta aberta à nação brasileira*, assinado por dezenas de integralistas, em que se defendia o Integralismo e a sua memória. A publicação do documento provocou considerável reação por parte de

---

<sup>2</sup> Adotamos o conceito de memória social atentos a, sobretudo, duas de suas propriedades: (a) ela é mediada por leituras do passado disponibilizadas no espaço público por ampla rede discursiva e, (b) lida com vetores de memória em que se destacam a grande mídia e os textos destinados ao ensino de história. Como vetor, a memória transforma-se em meio capaz de ordenar a diversidade da experiência social.

inúmeros setores da sociedade e manifestações e declarações anti-integralistas e antifascistas ganharam as páginas dos jornais. Isso mostrava aos integralistas que voltavam do exílio, que saíam dos porões da ditadura ou ainda que deixavam o silêncio e retomavam a vida político-partidária que o tempo era outro e o passado em que vestiram a camisa verde e desfilaram pelas ruas era um tempo distante.

Assim, diante de tal reação, ao voltarem para a atividade política, em 1945, os integralistas trocaram a camisa verde pelo paletó, a braçadeira com o sigma pela gravata, as marchas com seus estandartes pelas reuniões de gabinetes, o Chefe Nacional pelo presidente do partido, a insurgência pela estratégia eleitoral. Desse modo, o PRP afastou-se da plástica que lembrava a AIB, nuançando a identidade integralista, a qual não fora em um primeiro momento assumida plenamente.

Seja como for, o Integralismo estava de volta à cena política. A aceitação de seu registro como PRP implicava aceitar a presença de um pensamento conservador, ainda que renovado, que certamente teria como missão conter o avanço dos comunistas entre os trabalhadores. Se, em um passado recente, a prática política integralista conquistara milhares de adeptos em todo território nacional, ela poderia, diante de um novo ordenamento político, cumprir um papel político significativo em uma sociedade que se urbanizava rapidamente.

Mesmo assim, o passado presente na memória social perseguia aqueles que outrora haviam militado na AIB e a própria nova associação partidária sentia-se ameaçada por essa memória, como quando da representação contra o registro do partido apresentada junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em 1948,<sup>3</sup> invocando representações do passado integralista.

O passado assombrava-os de tal modo que vários integralistas recusaram-se a entrar no PRP. Os motivos da recusa foram inúmeros, dentre os quais destacaríamos primeiramente o reposicionamento do antigo militante integralista diante do presente. Nessa direção, entre a experiência vivida no passado e a condenação ao integralismo constituída como memória social, restava um só caminho: reconhecer que a militância no movimento integralista fora um equívoco que deveria ser desfeito, geralmente associado aos tempos de juventude e à defesa do ideário nacionalista. A força coercitiva da memória

---

<sup>3</sup> O senador da União Democrática Nacional (UDN) do Mato Grosso, João Villas Boas apresentou representação contra o PRP junto ao TSE solicitando o cancelamento do registro daquele partido. Tal representação fundamentava-se no argumento de que o PRP infringia a Constituição Federal por se tratar de partido não democrático. Para sustentar seus argumentos, João Villas Boas recorreu ao suposto passado do partido acusado e iniciou essa parte da representação com a seguinte afirmação: “O PRP é a mesma AIB”. (Enciclopédia do Integralismo, vol. 6, 1957-1963, p. 129).

social dificultava a valorização, ou mesmo a evocação, da experiência vivida pela comunidade integralista. Assim, é possível admitir que os integralistas estivessem sujeitos a uma violência simbólica e vários dentre eles tenderam a abdicar de sua própria identidade (como integralistas) e de sua memória. Ao antigo militante integralista, restava aceitar o veto ao passado como forma de obter um novo passaporte que permitisse o reconhecimento de sua identidade no presente. É como se eles se esquecessem do próprio passado como integralistas e aceitassem outro passado, perdendo-se noutra temporalidade que não aquela construída pelo próprio grupo integralista. Noutras palavras, o indivíduo integralista esteve sujeito a uma violência simbólica que atuou a fim de enquadrar a sua memória na memória social.

Porém, é preciso nuançar esse processo de enquadramento da memória: o caminho não é unilateral. Não foi só pela força da violência simbólica que alguns integralistas aceitaram a percepção de passado presente na memória social. O próprio integralista, como sujeito, corroborou a construção de uma memória, referente aos anos de 1930, distinta da percepção que outrora ele, integralista, tivera. Como “o que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo” (POLLAK, 1989, p. 10), e, na luta pela identidade, entra em jogo o “ser percebido que existe fundamentalmente pelo reconhecimento dos outros” (BOURDIEU, 1988, p. 117), a identidade integralista fez-se problemática essencialmente porque, no cerne da identidade, há a necessidade do reconhecimento dos outros. Ocorre que o reconhecimento do indivíduo integralista não se fez a não ser a partir da rejeição, visto que, no amplo processo de construção da memória social, a percepção do Integralismo deu-se frequentemente baseada em expressões com significados pejorativos. Ou seja, o integralista sofreu uma ação no sentido não só de negar a si próprio e a seu passado, mas também de alinhá-lo às representações de passado presentes na memória social. Uma ação destinada a fazê-lo desistir “de sua posição de sujeito, de sua identidade própria, para salvar a si próprio, perdendo a si mesmo” (GAGNEBIN, 2003, p. 96). O memorar e o esquecer estariam entre “engenho e razão” (WEINRICH, 2001, p. 67).

Todavia, há outra questão sensível que afastou os ex-militantes integralistas do PRP: trata-se da ideia de que o PRP não representava verdadeiramente o Integralismo. A candidatura de Salgado à Presidência da República, em 1955, foi um marco no sentido de sanar esse dilema: a sua significativa expressão eleitoral, sem alianças político-partidárias, pareceu apontar à direção do partido qual seria o melhor caminho a ser trilhado – ao partido pareceu fundamental refazer o caminho de volta e valorizar a experiência do

movimento integralista. A direção do PRP organizou a retomada, de maneira mais explícita, de signos da década de 1930 que marcaram a existência do Integralismo. Nesse sentido, em 1957, no Jubileu de Prata do Integralismo, ocorreu o retorno do velho símbolo integralista, o sigma, como símbolo do PRP e, ainda, o lançamento de ambicioso projeto memorialístico, a Enciclopédia do Integralismo.

O discurso perrepista, a partir de 1955, revelava o entrelaçamento entre memória e política. Assim, ao ancorar-se em representações do passado, o PRP intentava reagrupar o capital político supostamente obtido nos anos de 1930. Nesse sentido, os perrepistas organizavam a memória como forma de orientação política no presente: arquivo, documento, testemunho e imprensa integralista recriavam os sentidos de intervenção política percebidos como dentro da órbita integralista ainda na década de 1950. No entanto, o passado poderia ser visado por outro viés: a imprensa está voltada para um público heterogêneo e sua pretensa objetividade se transforma em vetor capaz de definir o sentido do acontecimento. O jornal articula uma vasta rede discursiva cujo desdobramento implica fixar o sentido das representações do passado como verdade. Sua interpretação é incorporada ao senso comum e se espalha até o livro didático. O resultado do confronto entre a imprensa integralista e a grande imprensa já é conhecido de antemão. Os primeiros falam de um lugar específico, enquanto a fala da grande imprensa desliza no espaço impreciso da pretensa objetividade do jornal. O chão da grande imprensa se move como as nuvens, mas ao final há um desenho que se apresenta como verdade para o grande público. O desenho integralista será sempre localizado na experiência do grupo e nele tem o seu limite. Sem capacidade de adentrar no terreno da memória social, o Integralismo é prisioneiro de sua memória.

Efetivamente, ao assumir-se como organização integralista, o PRP deparou-se, de maneira mais sintomática, com os vetos estabelecidos pela memória social. Por mais que a opção política do PRP pela identidade integralista tivesse sido capaz de agregar parcela significativa da comunidade política integralista em torno da defesa do movimento, o contexto fora adverso. O ex-dirigente do PRP gaúcho, Mário José Maestri, descreveu de forma simplificada, mas reveladora, a existência de representações do passado que vetavam a atuação do Integralismo no pós-guerra. E, em sua visão, elas centravam-se na equivalência simbólica entre o Integralismo e o Nazismo: “Depois da guerra, é o seguinte: Integralismo é nazismo. O nazismo matou judeus. Pronto, acabou-se”.<sup>4</sup> Logo, depois de

---

<sup>4</sup> Depoimento de Mário José Maestri. In: CALIL, Gilberto Grassi; SILVA, Carla Luciana (orgs.). *Velhos integralistas: a memória dos militantes do sigma*. Porto Alegre: Edipucrs, 2000, p. 130.

breve relampejo de expectativa de futuro promissor, em 1955, com a candidatura Salgado, o Integralismo voltou a deparar-se com a impossibilidade de exercer papel de maior relevância no cenário político brasileiro. As urnas, nas eleições para Legislativo estadual em 1958 e 1962, quando comparadas às eleições de 1947, 1950 e 1954, apontavam basicamente para a estagnação do PRP em índices de votação bastante baixos.

Assim sendo, o grande conflito dos integralistas do pós-guerra, ignorado pela historiografia que trabalha o Integralismo, se deu no conflito entre as memórias. O integralista/perrepista desejava ser o mesmo dos anos de 1930, carregar o seu passado, lido como glorioso. Mas este mesmo passado era percebido a partir da memória social como negativo. Havia uma memória referente à militância na AIB, nos anos de 1930, que agregava a comunidade política integralista. Porém, daquele mesmo passado, embora percebido a partir de outros vetores, existia memória que vetava o movimento integralista. O fato de os perrepistas exporem-se no domínio público com os signos que os ligavam à AIB, ou seja, como integralistas de modo pleno, conduziram-nos ao labirinto, de onde não encontraram caminhos para sair. O Integralismo no pós-guerra vagava entre as memórias que o vetavam e as que o uniam.

De qualquer forma, mesmo encampando signos do Integralismo e a própria doutrina integralista, o PRP adaptou-se às regras do jogo político brasileiro da década de 1950 e do início da de 1960, imbricando-se na máquina político-partidária brasileira com suas alianças, suas negociatas de gabinete, deixando enterrado um tempo em que o ímpeto revolucionário moveu não só a pena de Salgado como também o ânimo de milhares de militantes do sigma. Tal situação anunciou aos integralistas um partido que pouco se parecia com a AIB. Essa opção de forma de atuação política fora aposta, e fora perdida, como o fora também a aposta feita pela via insurrecional da AIB na década de 1930. Era uma dupla derrota.

### **Considerações finais**

O golpe de 1964, por seu turno, interrompeu o jogo político-partidário de então e implantou o regime autoritário. Nesse momento, os integralistas não foram banidos do espaço público como o foram na ditadura de Vargas. No entanto, o papel por eles desempenhado como agrupamento atuante na Arena fora de considerável insignificância. Na ditadura Vargas, Salgado amargou longo exílio em terras portuguesas e, durante o regime militar, viu-se exilado em sua própria terra. Já afastado



da vida política, nos seus últimos meses de vida, passava boa parte de seu tempo em uma chácara que possuía nas proximidades de Brasília. Maria Amélia Salgado Loureiro, na biografia de Plínio Salgado, seu pai, afirmou que ele

quando deixou a vida ativa da política, não retornando à Câmara dos Deputados, recolheu-se no seu pequeno retiro e, só recebendo visita de um ou outro amigo fiel – pois, fora do poder, as falsas amizades debandam –, ele comprazia-se no convívio com seus animais e sua vegetação (LOUREIRO, 2001, p. 492).

E isso porque, para ele,

Diante das misérias dos homens, das confusões políticas, da tristeza que invade todos os que sentem as amarguras da Pátria e do mundo, que melhor solução, senão fazer como Cincinato, o grande romano, que fugiu de tudo recolhendo-se em sua pequena herdade, onde convivia com a natureza? (LOUREIRO, 2001, p. 492).

Maria Amélia Salgado Loureiro, ainda na referida biografia de Plínio, ao anunciar a sua morte em sete de dezembro de 1975, disse: “Encerrava-se, assim, uma vida de luta, sofrimento, decepções, amarguras” (LOUREIRO, 2001, p. 496). Por metáfora, estenderíamos essa trajetória de luta, sofrimento, decepções e amarguras ao próprio movimento integralista que se viu preso no labirinto das memórias. Memórias que, para os seus integrantes, situavam-nos em um espectro que os mantinha oscilando entre o assombro e a inspiração, a ameaça e a chance. O assombro e a ameaça, por fim, fizeram-se maiores e deixaram o integralismo perambulando sem saída no labirinto em que se encontrava desde 1945.

### **Referências bibliográficas**

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

CANDAU, Joël. *Anthropologie de la mémoire*. Paris: Armand Colin, 2005.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. *A Enciclopédia do Integralismo: lugar de memória e apropriação do passado (1957-1961)*. Tese (Doutorado em História), Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.

DIETRICH, Ana Maria. *Caça às suásticas: o Partido Nazista em São Paulo sob a mira da polícia política*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Fapesp, 2007.

DOTTA, Renato Alencar; POSSAS, Lídia Maria Vianna; CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro (orgs.). *Integralismo: novos estudos e reinterpretações*. Rio Claro: Arquivo Público do Município de Rio Claro, 2004.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Após Auschwitz. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Ed. Unicamp, 2003. p. 91-112.

LOUREIRO, Maria Amélia Salgado. *Plínio Salgado, meu pai*. São Paulo: GRD, 2001.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Revista Estudos Históricos*, São Paulo, ed. Revista dos Tribunais, 1989/3, p. 3-15.

SALGADO, Plínio. *Obras completas*. vol. 9. São Paulo: Editora das Américas, 1956.

VARGAS, Getúlio. *Diário*. vol. 2. São Paulo; Rio de Janeiro: Siciliano; Fundação Getúlio Vargas, 1995.

VICTOR, Rogério Lustosa. *O labirinto integralista: o conflito de memórias (1938-1962)*. Goiânia: Ifiteg, Editora América, 2013.

WEINRICH, Harald. *LETE: arte e crítica do esquecimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

WOOD, Nancy. *Vectors of memory: legacies of trauma in Postwar Europe*. Oxford: Berg, 1999.